



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações étnicas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

Salvaguarda do Patrimônio cultural Iny / Karajá: diálogo intercultural e work compartilhado

Autoria: Rosani Moreira Leitão, Nei Clara de Lima (UFG) Rosani Moreira Leitão (UFG)

Autoras: Nei Clara de Lima (UFG) e Rosani Moreira Leitão (UFG) A patrimonialização e salvaguarda de bens culturais no Brasil é recente, tendo sido instituída pelo Decreto Nº 3.551/2000, que cria o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Estado brasileiro passa então a criar instrumentos e a empreender ações com o objetivo de mapear, documentar e apoiar as manifestações culturais para além da suas materialidades. Neste contexto, as bonecas de cerâmica Karajá foram registradas como patrimônio cultural do brasileiro, em janeiro de 2012, possibilitando o posterior desenvolvimento de uma política de salvaguarda voltada não só para este bem cultural, mas também para o fortalecimento de todo o patrimônio cultural Iny/Karajá. Partindo da atuação das autoras, bem como dos Karajá, sobretudo das mulheres ceramistas e dos jovens, na pesquisa que fundamentou o processo de registro acima mencionado, bem como nas primeiras ações de salvaguarda voltadas para o mesmo, apresentamos uma reflexão preliminar acerca desses processos. Percebemos que, apesar de existir uma política de apoio aos projetos dos povos detentores de bens culturais registrados, percebe-se uma inadequação nas estruturas burocráticas das instâncias responsáveis por tais políticas, implicando em restrições que dificultam, quando não inviabilizam, o desenvolvimento das ações propostas.



Realização:



Apoio:



Organização:

